REVISTA
SABERES
DA AMAZÔNIA
CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

VOL. 4 | N. 9

Julho-Dezembro 2019 | ISSN: 2448-0576

SUSTENTABILIDADE SOCIAL: perspectiva doutrinária e jurisprudencial¹

SOCIAL SUSTAINABILITY: doctrinal and jurisprudential perspective

Dinalva Souza de Oliveira²

Marcos Giovane Ártico³

Resumo

O artigo tem como objetivo geral a análise da sustentabilidade social à luz da doutrina e da jurisprudência. Os objetivos específicos são analisar o conceito de sustentabilidade, suas categorias, em especial a social, na perspectiva doutrinária e jurisprudencial. Concluiu-se que a sustentabilidade social visa à erradicação da pobreza, com a garantia de direitos, inerentes à dignidade da pessoa humana, garantindo-se qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Para a consecução do artigo utilizou-se o método indutivo e pesquisa qualitativa.

Palavras-chaves: Sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável. Meio ambiente. Mínimo existencial. Reserva do possível.

Abstract

The general objective of the article is to analyze social sustainability in the light of doctrine and jurisprudence. The specific objectives are to analyze the concept of sustainability, its categories, especially the social one, from a doctrinal and jurisprudential perspective. It was concluded that social sustainability aims at the eradication of poverty, with the guarantee of rights, inherent to the dignity of the human person, guaranteeing quality of life for present and future generations. To achieve the article, the inductive method and qualitative research were used.

1 Trechos desse artigo têm como referência a seguinte obra: ÁRTICO, Marcos Giovane. O Direito Penal como instrumento de recomposição do dano ambiental: análise à luz da sustentabilidade. Dissertação do Mestrado em Ciência Jurídica, Universidade do Vale do Itajaí, 2019.

2 Mestre em Ciência Jurídica. Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI. Máster Universitario en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad pela Universidad de Alicante-España (2019). Atualmente é Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia. Porto Velho, RO, Brasil.

3 Pós-Graduado Ciências Penais. Universidade Anhanguera - UNIDERP. Promotor de justiça do Ministério Público de Rondônia. Pimenta Bueno, RO – Brasil.

Keywords: Sustainability. Sustainable development. Environment. Existential

Introdução

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado tem força normativa extraída do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, sendo de caráter vinculante, com imperatividade a ser respeitada pelo Estado e sociedade.

Não sem razão, a sustentabilidade, enquanto princípio constitucional de aplicação direta e imediata, implica em ações dos particulares e agentes públicos para a garantia do mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana, sobretudo na vertente social, tendo como finalidade a erradicação da pobreza, assegurando-se qualidade de vida para as presentes e futuras gerações, o que justifica a elaboração do presente estudo.

A pesquisa tem por temática central a análise da sustentabilidade social à luz da doutrina e da jurisprudência. Os objetivos específicos são analisar o conceito de sustentabilidade, suas categorias, sobretudo a social, na perspectiva doutrinária e jurisprudencial.

Para a consecução do artigo valeu-se do método indutivo e pesquisa qualitativa.

1. O princípio da sustentabilidade

O princípio da sustentabilidade não se restringe tão somente ao conceito clássico de se conciliar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental. Ele é muito mais complexo e profundo, uma vez que abarca diversas dimensões de proteção ao bem jurídico e ao desenvolvimento da sociedade, numa perspectiva ética, social, ambiental, econômica e jurídico-política.

O doutrinador Juarez de Freitas leciona que a sustentabilidade é:

Princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável, equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente

de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar.⁴

Entende-se que a sustentabilidade é um princípio constitucional implícito de aplicação direta e imediata, devendo ter efetividade, e não ser apenas programático.

Nesse passo, o jurista português Canotilho⁵ diz que a sustentabilidade é “um princípio aberto carecido de concretização conformadora e que não transporta soluções prontas, vivendo de ponderações e decisões problemáticas”. E acrescenta:

A natureza de princípio conferida a muitas normas estruturantes da Constituição ambiental – princípio do desenvolvimento sustentável, princípio do aproveitamento racional dos recursos, princípio da salvaguarda da capacidade de renovação e de estabilidade ecológica, princípio da solidariedade entre gerações – obrigará a uma *metódica* constitucional de concretização particularmente centrada nos critérios de *ponderação* e de *optimização* dos interesses ambientais e ecológicos.

Numa concepção transcendental de que o princípio da sustentabilidade extrapola as fronteiras e deve ser indutor do direito na pós-modernidade, Paulo Márcio Cruz e Zenildo Bodnar⁶ diz que “ele funciona atualmente como uma espécie de metaprincípio, com vocação de aplicabilidade em escala global”.

Leonardo Boff conceitua sustentabilidade, encampando a ideia de Terra como um ser vivo e interconectado com os demais seres, no seguinte teor:

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida, a sociedade e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal

4 FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 41.

5 CANOTILHO, José Joaquim Gomes. O princípio da sustentabilidade como princípio estruturante do direito constitucional. In: Revista de Estudos Politécnicos. 2010. v. VIII, n. 13. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-99112010000100002. Acesso em: 21 ago. 2018.

6 CRUZ, Paulo Márcio. BODNAR, Zenildo. O novo paradigma do direito na pós-modernidade. In: Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), v. 3. n. 1 (2011). Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/777>. Acesso em: 22 ago. 2018.

forma que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução.⁷

Na Constituição Federal brasileira, extrai-se o princípio da sustentabilidade dos objetivos da República Federativa do Brasil, previstos no art. 3º. Além de outros artigos que também tratam do assunto, como no art. 172, que trata do desenvolvimento equilibrado, no art. 174, §1º, que dispõe sobre a ordem econômica, planejamento e desenvolvimento equilibrado, no art. 205 que se refere ao desenvolvimento das pessoas, art. 170 que prevê a defesa do meio ambiente na atividade econômica, art. 225 que preconiza o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, dentre outros dispositivos constitucionais.

A sustentabilidade implica em condutas proativas do Estado e das pessoas para a introdução de mudanças sociais, a fim de que a humanidade possa se perpetuar, num campo de fraternidade, mediante ações mútuas de estabelecimento de direitos individuais e sociais, nos moldes do art. 3º, I, da Constituição Federal, que preconiza como objetivo fundamental da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Juarez de Freitas traz alguns parâmetros para o conceito operacional de sustentabilidade, sintetizando o seguinte:

Estão reunidos os elementos indispensáveis para um conceito operacional de sustentabilidade eficaz, a saber: (1) a natureza de princípio constitucional diretamente aplicável, (2) a eficácia (encontro de resultados justos, não mera aptidão para produzir efeitos jurídicos), (3) a eficiência (uso de meios idôneos), (4) o ambiente limpo (descontaminado e saudável), (5) a probidade (exclusão explícita da dimensão ética), (6) a prevenção (dever de evitar danos certos), (7) a precaução (dever de evitar danos altamente prováveis), (8) a solidariedade intergeracional, com o reconhecimento dos direitos das gerações presentes e futuras, (9) a responsabilidade do Estado e da sociedade e (10) o bem-estar (acima das necessidades materiais). Nenhum desses elementos pode faltar ao conceito, sob pena de reducionismo indesejável.⁸

7 BOFF, Leonardo. Sustentabilidade. O que é, o que não é. 4. ed., 1ª reimp., Petrópolis-RJ: Vozes, 2016, p. 107.

8 FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: Direito ao Futuro. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012, p. 22.

Portanto, a sustentabilidade implica em ações dos particulares e agentes públicos no sentido de se obter a qualidade de vida esperada, consoante o mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana.

O princípio do desenvolvimento sustentável é meta a ser perseguida para o equilíbrio entre as exigências da economia e da ecologia, sendo que a sustentabilidade seria o atingimento desse objetivo, sem se olvidar que esta última tem amplitude muito maior, de incidência inclusive com campo ético, jurídico, político, tecnológico, social etc.

O objetivo primordial da sustentabilidade é a busca da qualidade de vida das pessoas, em respeito ao mínimo existencial e ao princípio da dignidade da pessoa humana, num ambiente saudável e livre das mazelas sociais. Sobre o tema, leciona Cristiane Derani:

O conceito de qualidade de vida deve prever a obtenção de fatores necessários que conduzam ao atendimento das necessidades básicas - alimentação, habitação, saúde e educação. As políticas que fornecem o instrumental necessário à aquisição desses bens não se opõem à política ambiental. Ao contrário, elas se complementam. Não é possível uma política econômica sem a devida política de proteção dos recursos naturais. Da mesma forma que a criação de unidades de conservação, o incentivo à participação da sociedade na diminuição da produção de lixo urbano etc. Tem melhor resultado numa sociedade com maior nível material de vida e educação.⁹

A sustentabilidade deve primar pela valorização da pessoa humana em detrimento de qualquer interesse econômico menor. Há que se ponderar uma inversão de valores, acerca do que acontece atualmente, em que se verifica a preponderância do interesse econômico em face do que é sustentável.

2. As categorias da sustentabilidade

2.1 A sustentabilidade ambiental

A dimensão ambiental da sustentabilidade consiste na proteção do meio ambiente natural e construído, com a finalidade maior de preservação do planeta para a presente e futuras gerações. Ela relaciona que o indivíduo não

9 DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 62.

pode ter qualidade de vida fora de um ambiente protegido. Nesse viés, leciona Juarez de Freitas:

Não pode haver qualidade de vida e longevidade digna em ambiente degradado e, que é mais importante, no limite; não pode sequer haver vida humana sem o zeloso resguardo da sustentabilidade ambiental, em tempo útil, donde segue que ou se protege a qualidade ambiental ou, simplesmente, não haverá futuro para a nossa espécie.¹⁰

A mentalidade individualista, que também decorre do modo de produção capitalista, traz uma visão deturpada de que a solidariedade e o bem comum devem ficar em segundo plano, às custas de lucros exorbitantes e do consumismo exacerbado, com a consequente e intensa produção de lixo.

Há que se diminuir o consumismo exacerbado e se fomentar a reciclagem e o aproveitamento de produtos, a fim de se atingir a sustentabilidade ambiental. Não obstante, assiste-se, atualmente, ao consumismo fomentado pela mídia e pela indústria, de forma tão grave que os produtos produzidos têm prazo de validade determinados, exatamente para se provocar o consumo de novos, que consequentemente, implica em mais descartes. Tal situação denomina-se de obsolescência programada. Esse modo de vida vai à contramão da sustentabilidade ambiental.

Constata-se uma estrita relação entre a obsolescência programada e a dimensão ambiental da sustentabilidade, ante o consumo de recursos naturais e os resíduos gerados. Até mesmo na alimentação existe a obsolescência, quando os produtos são descartados, pelo decurso do prazo de validade, ainda em condições de uso, a impulsionar a produção industrial. Serge Latouche registra sobre o tema:

De todas maneras hay un punto esencial. Pasar de la obsolescencia programada teórica a su aplicación práctica no resulta tan sencillo debido a la competencia entre los fabricantes. Es posible hacer trampas subrepticamente con los productos, como lo hacían en el siglo XIX los empresarios poco delicados, pero en situación de competencia. Como puede una firma vender unos productos cuya duración es manifiestamente limitada, cuando sus rivales hacen de la longevidad de los suyos un argumento de venta? Hay que

10 FREITAS, Juarez. Sustentabilidade Direito ao Futuro. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012, p. 65.

encontrarse, pues, en situación de monopolio – o bien crear, mediante acuerdos, una forma monopolística como el cártel – para poder practicar comodamente la limitación sistemática de la duración de los productos.¹¹

O que se pretende não é que a sociedade não consuma, mas sim que o faça conscientemente, passando a comprar somente aquilo de que necessita, gerando menos descartes e libertando-se do vício de que o consumismo traz situações de prazer e *status*. Se há um consumo consciente, em consequência, há menos produção de resíduos e utilização dos bens naturais como matéria-prima para a confecção. Quem ganha é a humanidade, com a preservação da natureza.

A Pegada Ecológica da Terra, quer dizer: quanto de solo, de nutrientes, de água, de florestas, de pastagens, de mar, de plâncton, de pesca, de energia etc. o planeta precisa para repor aquilo que lhe foi tirado pelo consumo humano.¹²

Guilherme Nazareno Flores discorre que:

Os efeitos ambientais do sistema composto pela tríade produtivismo, consumismo, geração de resíduos precisam ter semelhante proteção e atenção em nível internacional e, portanto, estarem envolvidos na perspectiva da sustentabilidade. A geração de resíduos, neste contexto, decorre das características do atual modelo de desenvolvimento que rege a vida em sociedade privilegiando a produção e consumo e que, portanto, se constitui em um grande problema ambiental pós-moderno, cuja tríade produtivismo, consumismo, geração de resíduos apresenta consequências que se alastram pelas dimensões social, econômica e principalmente ecológica da sustentabilidade pondo em risco tanto o equilíbrio ambiental quanto a perspectiva do direito a uma vida saudável.¹³

A jurisprudência ratifica a responsabilidade de todos ao ambiente ecologicamente equilibrado, aventando o princípio da solidariedade. E

11 LATOUCHE, Serge. Hecho para tirar: La irracionalidad de la obsolescencia programada. Barcelona: Octaedro Editora, 2012, p. 30.

12 BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: O que é, o que não é. 4. ed., 1ª reimp., Petrópolis-RJ: Vozes, 2016, p. 25.

13 FLORES, Guilherme Nazareno. Direito, Desenvolvimento e Governança Socioambiental Global: Do Produtivismo-Consumismo à Gestão de Resíduos Perigosos e Justiça Ambiental. Junho de 2016. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – UNIVALI, Universidade do Vale do Itajaí, em regime de dupla titulação com o curso de Doctorado em Derecho da Universidade de Alicante, 2016. Disponível em: www.etallerdigital.com.

continua, num paralelo de que a atividade econômica deve se conciliar com o meio ambiente:

A incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, ainda mais se se tiver presente que a atividade econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a "defesa do meio ambiente" (CF, art. 170, VI), que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral. Doutrina. Os instrumentos jurídicos de caráter legal e de natureza constitucional objetivam viabilizar a tutela efetiva do meio ambiente, para que não se alterem as propriedades e os atributos que lhe são inerentes, o que provocaria inaceitável comprometimento da saúde, segurança, cultura, trabalho e bem-estar da população, além de causar graves danos ecológicos ao patrimônio ambiental, considerado este em seu aspecto físico ou natural.¹⁴

É imperiosa a intervenção do Estado em atividades que afetem o meio ambiente, devendo haver um controle mais incisivo, no sentido de autorizar, licenciar ou permitir a execução de obras ou serviços em espaços protegidos ambientalmente.

O Supremo Tribunal Federal já enfrentou, portanto, casos relacionados à dicotomia de políticas ambientais e desenvolvimento econômico que, entre outros fundamentos, têm base na doutrina dos valores e dos novos ideais de sustentabilidade. Há que se desenvolver a ordem social e econômica, sem desatender a dignidade do meio ambiente.

2.2 A sustentabilidade social

A sustentabilidade social consiste na garantia de direitos individuais e sociais, erradicação da concentração de renda e consequente melhoria da qualidade de vida. Zygmunt Bauman também traz a coesão social e solidariedade humana, com a diminuição do consumismo e erradicação das diferenças sociais, como medida imprescindível à consecução da sustentabilidade social, no seguinte teor:

14 BRASIL. Supremo Tribunal Federal, Tribunal Pleno, ADI-MC 3540/DF. Relator: Min. Celso de Mello, Julgamento: 01 set. 2005. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/imprensa/pdf/adi3540-MC.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

O significado do Estado social na sociedade de consumidores, tal como era na sociedade de produtores, é defender a sociedade dos “danos colaterais” que o princípio orientador da vida social iria causar se não fosse monitorado, controlado e restringido. Seu propósito é proteger a sociedade da multiplicação das fileiras de “vítimas colaterais” do consumismo: os excluídos, os proscritos, a subclasse. Sua tarefa é evitar a erosão da solidariedade humana e o desaparecimento dos sentimentos de responsabilidade ética.¹⁵

O doutrinador alemão, Ulrick Beck, constata a divisão de classes, em sua obra *Sociedade de Risco*, dissertando sobre capitalismo predatório e consumista de uma sociedade estratificada:

A tese da individualização sustenta o terceiro excluído: a dinâmica do mercado de trabalho regulado pelo Estado Social diluiu ou dissolveu as classes sociais no capitalismo. Defrontamo-nos cada vez mais, em termos marxistas- com o fenômeno (ainda incompreendido) de um capitalismo sem classes, mas com todas as estruturas e problemas de desigualdade social a ele ligadas.¹⁶

Extrai-se dos excertos supra, que o individualismo exacerbado, despido do princípio da solidariedade, permeia a atual conjuntura mundial da globalização, trazendo um abismo entre o ideal e o real, e, por consequência, a divisão de classes e aumento da desigualdade econômica e social. Beck também registra que:

Sob as condições da individualização, as pessoas são sobrecarregadas com o desemprego em massa como se fosse um destino pessoal. Os que são afetados já não o são de modo socialmente visível e coletivo, mas de uma forma específica de acordo com as fases. Os afetados têm de arcar por conta própria com algo para o que a experiência da pobreza e os contextos da vida definidos pela classe ofereciam e manejavam contra interpretações de consolo e forma de defesa e apoio.¹⁷

Esses fatores de preponderância do poderio econômico em detrimento de pessoas, de exclusão, de individualismo, de desemprego em massa e de

15 BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 181.

16 BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2010, p. 109.

17 BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2010, p. 134.

pobreza, fazem emergir preocupações mais evidentes com a área social, como se verá adiante.

2.3 A sustentabilidade econômica

A dimensão econômica da sustentabilidade traduz que deve haver conciliação entre os custos e benefícios na proteção ambiental. Deve-se tributar, aplicar multas ao degradador, além de impor impostos progressivos e multas administrativas, a exemplo daqueles que não mantêm lotes e ambientes limpos, na tutela do meio ambiente urbanístico. É um instrumento adequado para se chegar à qualidade de vida à que almeja a população.

Na dimensão econômica da sustentabilidade, como o próprio nome denota, o fator econômico é preponderante, visto que a economia deve ser pensada e desenvolvida segundo padrões saudáveis, com investimentos públicos e privados de consciência ambiental, a propiciar o desenvolvimento mediante o respeito ao meio ambiente.

As ações da economia devem levar em conta os impactos ambientais provocados, sendo que a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um ótimo instrumento para materializar tais decisões de relevância. Neste sentido, Heloise Siqueira Garcia disserta que:

A AAE engloba, necessariamente, alguns pontos específicos: contexto específico integrado ao processo de tomada de decisão; prioridade de sustentabilidade em seus aspectos ambientais, econômicos e sociais; eficiência e proporcionalidade quanto à lida dos problemas relevantes relacionados à ação estratégica; participação de autoridades, público e outras partes interessadas; pro atividade com vistas à garantia de que os seus resultados serão considerados nas tomadas de decisão futuras; profissionalismo principalmente quanto ao rigor, imparcialidade e balanço; e interatividade através das revisões regulares dos resultados.¹⁸

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é uma medida imprescindível ao processo de tomada de decisões que afetam o meio ambiente. É um instrumento de governança ambiental, com estrita ligação com os princípios da

¹⁸ GARCIA, Heloise Siqueira. Avaliação Ambiental Estratégica e Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma análise da aplicação em suas ações estratégicas no contexto do Brasil e da Espanha. 1 ed., Florianópolis: Empório do Direito, 2015, v. 1, p. 40.

prevenção e precaução de danos futuros. Tem relação com as políticas, planos e programas de governo, a fim de se demonstrar a viabilidade ou não de dada obra, por exemplo, sob o aspecto ambiental.

Segundo Bezerra e Munhoz, a sustentabilidade econômica “refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica a avaliação da eficiência por processos macro sociais”.¹⁹

A sustentabilidade econômica está ligada ao desenvolvimento da economia, numa acepção de preservação e prevenção de impactos ambientais, com a finalidade de gerar melhor qualidade de vida para as pessoas. Todavia, a perseguição só do êxito econômico não é o ideal, sendo que a preocupação com as externalidades negativas do empreendimento deve ser valorada e considerada num empreendimento. Desta forma, têm-se o conceito de sustentabilidade corporativa:

O conceito de sustentabilidade corporativa induz a um novo modelo de gestão de negócios que leva em conta, no processo de tomada de decisão, além da dimensão econômico-financeira, as dimensões ambientais e social. Sabe-se que as atividades produtivas geram externalidades sendo positiva ou negativa. Como externalidades positivas o próprio desenvolvimento econômico-social de uma região quando há uma instalação de uma indústria, que conseqüentemente trará melhoria de emprego a região. Ao contrário, são exemplos de externalidades negativas a poluição do ar, aumento de ruído, ou ainda, o crescimento desordenado de determinado local em função de uma interferência não planejada por parte de uma atividade produtiva.²⁰

O princípio do usuário pagador também é uma vertente da sustentabilidade econômica, sob a perspectiva de que os recursos naturais vêm adquirindo progressivamente valor econômico. Tem como objetivo prevenir a ocorrência de danos ambientais, bem como, reparar os causados pela conduta antrópica. Ademais, denota o uso racional e adequado dos bens

19 BEZERRA, Maria do Carmo de Lima e MUNHOZ, Tania Maria Tonelli (coord. geral). Gestão dos Recursos Naturais: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio TC/BR/FUNATURA, 2000.

20 SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de. Sustentabilidade Corporativa: uma iniciativa de cunho social transformando o meio ambiente. In: Revista Jurídica, vol. 04, n°. 45, Curitiba, 2016, p. 257.

naturais, de forma a se evitar prejuízos e desperdícios pelos usuários individuais. Marcelo Abelha Rodrigues diz que:

O princípio do usuário pagador é “voltado à tutela da qualidade do meio ambiente (bastante aplicado em regiões com abundância de recursos), visa proteger a quantidade dos bens ambientais, estabelecendo uma consciência ambiental de uso racional dos mesmos, permitindo uma socialização justa e igualitária de seu uso.”²¹

O exemplo da aplicação do princípio é a cobrança pelo uso da água, que está prevista no inciso VII, do art. 4º, da Lei nº 6.938/81, o qual prescreve: “*à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos*”.

As tarifas cobradas aos usuários de água potável e servidas (esgoto) são imprescindíveis instrumentos de regulação e preservação ambiental, com parâmetro nos princípios do usuário-pagador e poluidor-pagador, conforme alhures dito. Veja que instrumentos de natureza econômica também tutelam o meio ambiente, seja para preservar, seja para recuperá-lo. As tarifas cobradas, em tese, são para a manutenção do serviço e recuperar a degradação ambiental causada pela atividade e consumo humano.

2.4 A sustentabilidade ética

Na sustentabilidade ética, o foco é o ser, os valores e as virtudes, com a mudança de vida e perspectivas postas. Vincula-se a uma nova visão sobre as coisas. Esta modalidade está voltada à justiça intergeracional, de modo que, atualmente, somos responsáveis pela herança ambiental das futuras gerações. Há que se ter um pensamento altruísta e não individualista quanto ao meio ambiente, primando-se pelo princípio da solidariedade e fraternidade, sendo o homem responsável por gerir a vida de todo o planeta.

A sociedade moderna e contemporânea valorizou o antropocentrismo em detrimento do bem comum. Tal situação se agrava com o modelo de

21 RODRIGUES, Marcelo Abelha. Elementos de Direito Ambiental: Parte Geral. 2 ed. rev. atual e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

produção capitalista que se consolida, no viés liberal, de extremo consumismo às custas ambientais, em que os bens têm prazo de validade de duração e são descartados no ecossistema.

Conforme entendimento de Bezerra e Munhoz a “dimensão ética é onde se destaca o reconhecimento de que no almejado equilíbrio ecológico está em jogo mais que um padrão duradouro de organização da sociedade; está em jogo a vida dos seres e da própria espécie humana (gerações futuras)”.²²

Na construção de uma sociedade sustentável, necessária se faz a reafirmação da dimensão ética da sustentabilidade, ou seja, a exigência de mudança de vida e consciência ambiental, principalmente, através de informações e dados precisos à população, seja através da internet, televisão ou produção científica.

Os grandes desastres ambientais, a exemplo dos provocados pela Mineradora Vale do Rio Doce, em Brumadinho e Mariana/MG²³, nada mais é que o resultado do descaso e falta de planejamento para a atividade econômica. Não se considerou o meio ambiente como um fator do negócio, mas tão só como meio de se economizar no empreendimento econômico, com vistas à obtenção de maiores lucros, de modo que as consequências ambientais, sociais e humanas foram drásticas. Em Mariana, os dados divulgados pelo Portal Brasil foram os seguintes:

Seiscentos e sessenta e três quilômetros de rios e córregos foram atingidos; 1.469 hectares de vegetação, comprometidos; 207 de 251 edificações acabaram soterradas apenas no distrito de Bento Rodrigues. Esses são apenas alguns números do impacto, ainda por ser calculado, do desastre, já considerado a maior catástrofe ambiental da história do país. A enxurrada de rejeitos rapidamente se espalhou pela região, deixou mais de 600 famílias desabrigadas e chegou até os córregos próximos. Até o momento, foram confirmadas as mortes de 17 pessoas. Em questão de horas, a lama chegou ao rio Doce, cuja bacia é a maior da região Sudeste do País - a área total

22 BEZERRA, Maria do Carmo de Lima e MUNHOZ, Tania Maria Tonelli (coord. geral). Gestão dos Recursos Naturais: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio TC/BR/FUNATURA, 2000, p. 17.

23 SCHREIBER, Mariana. Tragédia em Brumadinho: quase três anos após desastre de Mariana, Vale ofereceu R\$ 30 mi em bônus recorde a seis diretores executivos. 2019, In: BBC News. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/02/01/tragedia-em-brumadinho-quase-tres-anos-apos-desastre-de-mariana-vale-ofereceu-r-30-mi-em-bonus-recorde-a-seis-diretores-executivos.htm>. Acesso em: 20 mai. 2019.

de 82.646 quilômetros quadrados é equivalente a duas vezes o Estado do Rio de Janeiro. O aumento da turbidez da água, e não uma suposta contaminação, provocou a morte de milhares de peixes e outros animais. De acordo com o Ibama, das mais de 80 espécies de peixes apontadas como nativas antes da tragédia, 11 são classificadas como ameaçadas de extinção e 12 existiam apenas lá. O fornecimento de água para os moradores de cidades abastecidas pelos rios da região, como Governador Valadares, em Minas Gerais, teve que ser temporariamente interrompido, sendo retomado dias depois, quando laudos de órgãos técnicos do governo descartaram a contaminação da água por materiais tóxicos. A lama avançou pelo rio com grande velocidade, chegando ao Espírito Santo em menos de cinco dias. No dia 21, alcançou o mar em Linhares – blocos de contenção foram posicionados na foz do rio para controlar o impacto ambiental da chegada da lama ao mar.²⁴

Se houvesse maturidade intelectual e responsabilidade, não se assumiria os grandes riscos dos empreendimentos em nome de maiores lucros. Tantas vidas teriam sido poupadas e tantos prejuízos sociais e ambientais evitados, muitos de caráter irreversíveis.

A sustentabilidade ética reside na mudança de paradigma, sem necessidade de medidas coercitivas, mas sim, por meio de ações humanas voluntárias e espontâneas, de caráter preventivo, seja na seara política, econômica e social, a encampar desde o ribeirinho e agricultor familiar ao grande industrial ou empreendedor. Ou seja, a mudança de paradigma deve atingir a todos.

Pertinente a avaliação de Ildete Regina Vale da Silva e Paulo de Tarso Brandão sobre o tema:

A necessidade de superar os limites interesseiros e individuais não quer dizer que as pessoas não devam mais ser agentes de sua própria individualidade. Ao contrário, as pessoas humanas estão continuamente em processo de redefinição da própria individualidade, não sendo possível pretender construir uma Sociedade fraterna sem que antes a pessoa humana seja estimulada a si mesma.²⁵

24 BRASIL. Portal Brasil. Brasil. Meio ambiente: Entenda o acidente de Mariana e suas consequências para o meio ambiente. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meioambiente/2015/12/entenda-o-acidente-de-mariana-e-suas-consequencias-para-o-meioambiente>. Acesso em: 20 mai. 2019.

25 SILVA, Ildete Regina Vale da; BRANDÃO, Paulo de Tarso. Constituição e Fraternidade: O valor do preâmbulo da Constituição. Curitiba: Juruá, 2015, p. 165.

A análise da sustentabilidade ética deve ser profunda, ao ponto de se repudiar a aquisição de bens de consumo de empresas que se utilizam do trabalho escravo ou infantil. Destarte, há que se fomentar a ampla divulgação de informações, de forma a propiciar uma consciência social de que o mais barato, muitas vezes não é o mais viável. A linha de produção dos bens também deve ser analisada pelo consumidor final, a fim de não se fomentar mais exploração humana, a exemplo do trabalho escravo, e degradação ambiental e social. Sendo assim, Marta Marília Tonin relata:

Com base nestas premissas, há que se resgatar como a empresa pode e deve interferir para cumprir com o fundamento da República brasileira que é o de ser uma pátria CIDADÃ. Com certeza não é permitindo que as crianças com menos de 12 anos venham a ser exploradas no “trabalho infantil”. Mas, infelizmente, isto está muito presente nas famílias pobres, num país onde a proteção social não existe, onde os pais perderam a capacidade de trabalhar e o único meio da família sobreviver é fazer com que as crianças trabalhem.²⁶

A responsabilidade ética emerge dos diversos preceitos constitucionais levantados, especialmente, os ligados à saúde pública e do meio ambiente ecologicamente equilibrado (arts. 170, inc. I e VI e seu parágrafo único, 196 e 225 da Constituição do Brasil). O Direito não está afastado da discussão ética que envolve o dever de preservação da natureza.

Nesta perspectiva, medidas como a produção científica, jurisprudencial, jornalística, reprodução em mídia, televisiva e por meio da internet, debates acadêmicos, conferências, planos gerais de atuação de instituições como os do Ministério Público, mediante palestras e ações extrajudiciais e judiciais devem ser encetadas com vistas a incutir na mentalidade da sociedade, o que se trata o meio ambiente, as consequências de sua degradação e o viés econômico, que não o considera, como medida de obtenção de lucros maiores e acumulação de riqueza. A mudança de perspectiva deve acontecer e a hora é agora.

2.5 A sustentabilidade jurídico-política

26 TONIN, Marta Marília. Ética Empresarial, Cidadania e Sustentabilidade. In: Anais do XV Encontro Preparatório para o Congresso Nacional – CONPEDI. Recife, 2006. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/recife/teoria_da_justica_marta_tonin.pdf. Acesso em: 29 fev. 2019.

A respeito disso, a vertente jurídico-política da sustentabilidade consiste na tutela jurídica do direito ao futuro, de proteger o ambiente às presentes e futuras gerações, numa perspectiva de ações do direito e também proposições legislativas. Ou seja, são medidas a serem tomadas, no âmbito do direito e da legislação, na esteira de se proteger o meio ambiente. Juarez de Freitas diz que:

Dimensão jurídico-política da sustentabilidade ecoa o sentido de que a sustentabilidade determina, com eficácia direta e imediata, independentemente de regulamentação, a tutela jurídica do direito ao futuro e, assim, apresenta-se como dever constitucional de proteger a liberdade de cada cidadão (titular de cidadania ambiental ou ecológica), nesse status, no processo de estipulação intersubjetiva do conteúdo intertemporal dos direitos e deveres fundamentais das gerações presentes e futuras, sempre que viável diretamente.²⁷

Nesta toada, para se construir uma sociedade fraterna, é necessária a implementação da identidade do ser humano, superando-se o pensamento estritamente vinculado a interesses econômicos, de modo a transformar essa realidade em face do bem social e das novas relações humanas, tendo como meta interna, internacional e transnacional consolidar a paz, assegurar os direitos humanos e viver com sustentabilidade.

Nos moldes que se pretende a sustentabilidade ética, a jurídico-política vai pelo mesmo caminho, ou seja, deve haver uma mudança de paradigma, num esforço coordenado de ações a envolver o Estado, empresas, universidades, e, sociedade para a construção de atitudes sustentáveis. Assim, Maria Cláudia da Silva, Gina Vidal e Ana Carla dizem:

Percebe-se que realizar os princípios da sustentabilidade, isto é, harmonizar os ganhos econômicos, sociais e ambientais nas atividades humanas representa o resultado do esforço coordenado de ações. Destaca-se o papel dos Estados, das empresas, das universidades e das comunidades locais como instâncias de elevada responsabilidade para a formação de atitudes sustentáveis.²⁸

27 FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 72.

28 SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de, POMPEU, Gina Vidal Marcílio; FREITAS, Ana Carla Pinheiro. *Gestão das águas: dignidade e sustentabilidade por meio do fornecimento por meio das cadeias de valor*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, p. 28.

Diante de premissas fixadas nas dimensões social, econômica, ética e ambiental, têm-se a dimensão jurídico-política a desenvolver ações no sentido de se fixar doutrina, jurisprudência, leis, atos administrativos e normativos com parâmetros de sustentabilidade para a presente e futuras gerações.

Na gestão administrativa, no aspecto da sustentabilidade político-jurídica, Freitas²⁹ propõe que: "supõe redesenhar o direito administrativo da regulação, que não mais sucumba à omissão causadora de danos inter e intrageracionais, sob a alegação de risco de captura". Referido autor acrescenta ainda que:

Nesse aspecto, a dimensão jurídico-política da sustentabilidade visa a resguardar os direitos fundamentais concernentes à longevidade digna; o direito à alimentação adequada; o direito ao meio ambiente limpo; o direito à boa educação e de qualidade; o direito à democracia; o direito à informação imparcial; o direito à razoável duração do procedimento; o direito à segurança; o direito à renda oriunda do trabalho; o direito à boa administração pública e o direito à moradia.³⁰

A dimensão jurídico-política está estritamente ligada aos direitos fundamentais, no sentido de se conciliar o desenvolvimento com o respeito ao meio ambiente, bem como promover o respeito à dignidade humana, a adequada distribuição da renda, os direitos sociais e a ética, que são premissas intrínsecas à sustentabilidade. Nesta senda, Magno Frederici Gomes e Leandro José Ferreira aduzem:

A dimensão jurídico política da sustentabilidade visa a efetivar e desenvolver os direitos fundamentais das presentes e futuras gerações, com o objetivo de asseverar e reforçar o plexo de desenvolvimento consubstanciado na preservação e proteção ambiental, sem, contudo, perder de vista a promoção social, o respeito à dignidade humana e aos direitos humanos, a melhor e adequada distribuição da renda e os conceitos de origem ética, que são vertentes indissociáveis do conceito de sustentabilidade.³¹

29 FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 73.

30 FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 74-75.

31 GOMES, Magno Frederici; FERREIRA, Leandro José. A dimensão jurídico-política da sustentabilidade e o direito fundamental à razoável duração do procedimento. In: Revista do Direito. Santa Cruz, v. 2, n. 52, out. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/8864>. Acesso em 29 mar. 2019.

Portanto, por meio da sustentabilidade jurídico-política, o que se buscam são ações regulatórias, da sociedade civil e Poder Público, com proposições administrativas e legislativas, visando a garantir uma vida digna às presentes e futuras gerações, manifestada no gozo dos direitos sociais como a saúde, educação, trabalho, alimentação, moradia, segurança, lazer, proteção e assistência aos desamparados, além da proteção do meio ambiente, dentre diversos outros direitos esparsos no texto maior.

3. Sustentabilidade social: análise à luz da doutrina e jurisprudência

O Relatório Brundtland³², de 1987, dentre as questões ecológicas, traz elementos humanos que definem a sustentabilidade social, como a limitação do crescimento populacional, a diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis, o aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas, o controle da urbanização desordenada, a integração entre campo e cidades menores e o atendimento das necessidades básicas, tais como saúde, escola, moradia e o banimento das guerras.

O Relatório encampa o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público, no seguinte teor:

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.

Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso à crises ecológicas, entre outras...O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos.

Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia [...] No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos.

Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o

32 RELATÓRIO BRUNDTLAND. Nosso Futuro Comum. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em: 25 ago. 2018.

direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.

Ainda, o ato normativo em referência prevê algumas metas para o desenvolvimento sustentável, como o uso de novos materiais na construção, a reestruturação da distribuição de zonas residenciais e industriais, o aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, como a solar, a eólica e a geotérmica, a reciclagem de materiais reaproveitáveis, o consumo racional de água e de alimentos e a redução do uso de produtos químicos prejudiciais à saúde na produção de alimentos.

A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento³³, a ECO-92, do Rio de Janeiro, consiste numa carta contendo 27 princípios, que além de questões ecológicas, traz a busca do desenvolvimento sustentável e de melhores condições de vida para todos os povos, numa perspectiva de novo estilo de vida, a concretizar a sustentabilidade social.

A Rio 92, portanto, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, trouxe a “Agenda 21”, traçando diretrizes de proteção do planeta para o desenvolvimento sustentável. Neste evento, firmou-se com mais vigor a pauta de que o desenvolvimento econômico deve conciliar atividades que protejam e renovem os recursos naturais, ante uma relação intrínseca entre eles. Tal premissa foi reafirmada entre os signatários de forma mais contundente que outrora.

Além de questões de sustentabilidade ambiental, a agenda incluiu a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento, os padrões de produção e consumo e o crescimento demográfico. Dentre as disposições de cunho social e de valorização do homem, materializando a sustentabilidade social, da Agenda 21, elencam-se os seguintes:

PRINCÍPIO 3: O desenvolvimento deve ser promovido de forma a garantir as necessidades das presentes e futuras gerações;
PRINCÍPIO 5: A erradicação da pobreza é requisito indispensável

33 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1992. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_Rio_Meio_Ambiente_Developolvimento.pdf. Acesso em: 26 ago. 2018.

para promoção do desenvolvimento sustentável; PRINCÍPIO 6: Deve ser dada prioridade à situação especial de países em desenvolvimento e aos mais pobres; PRINCÍPIO 7: Os Estados devem cooperar na conservação, proteção e recuperação da integridade e saúde do ecossistema Terra. Os Estados têm responsabilidade comum, mas diferenciada, em função de sua contribuição para a degradação do meio ambiente global; PRINCÍPIO 20: As mulheres têm um papel vital no gerenciamento e desenvolvimento ambiental. Sua participação integral é essencial para se atingir o desenvolvimento sustentável; PRINCÍPIO 21: A criatividade, idealismo e coragem dos jovens do mundo deve ser mobilizada para se formar uma parceria global de forma a se atingir o desenvolvimento sustentável e assegurar um mundo melhor para todos; PRINCÍPIO 22: As populações indígenas e outras comunidades locais têm um papel vital no gerenciamento e desenvolvimento ambiental em função de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e assegurar seus direitos; PRINCÍPIO 25: A Paz, o Desenvolvimento e a Proteção Ambiental são interdependentes e indivisíveis.

Há, portanto, uma relação intrínseca entre a sustentabilidade social, de cunho humanístico, e o mínimo existencial, sendo que a efetividade dos direitos fundamentais é imprescindível a esta categoria da sustentabilidade.

O mínimo existencial consiste no usufruto dos direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal, atinentes à moradia, subsistência, educação, saúde etc. Está relacionado a um processo de melhoria da qualidade de vida e redução da concentração de renda.

A sustentabilidade social visa à erradicação da pobreza, com a garantia de direitos, inerentes à dignidade da pessoa humana, manifestados nos direitos sociais como a educação, saúde, assistência social, acesso à Justiça, etc.

Na reserva do possível, pondera-se o princípio da razoabilidade, segundo o qual a realização de prestações positivas pelo Estado depende, dentre outros requisitos, da existência de recursos financeiros disponíveis, previstos nas leis orçamentárias, sendo que compete ao gestor público decidir sobre a aplicação da verba pública existente em dadas áreas, segundo a sua discricionariedade.

Num Estado de Direito e Social, como é o Brasil, há que se preponderar o mínimo existencial, como prioridade de políticas públicas. Neste sentido, Ana Paulo de Barcellos³⁴ define:

34 BARCELLOS, Ana Paula de, et. al. *Legitimação dos Direitos Humanos*. São Paulo: Renovar, 2002, p. 45.

O mínimo existencial corresponde ao conjunto de situações materiais indispensáveis à existência humana digna; existência aí considerada não apenas como experiência física – a sobrevivência e manutenção do corpo – mas também espiritual e intelectual, aspectos fundamentais em um Estado que se pretende, de um lado, democrático, demandando a participação dos indivíduos nas deliberações públicas, e, de outro, liberal, deixando a cargo de cada um seu próprio desenvolvimento.

Nas palavras de Ricardo Lobo Torres, o mínimo existencial consiste em um direito às condições mínimas de existência humana digna que não pode ser objeto de intervenção do Estado e que ainda exige prestações estatais positivas.³⁵

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, n. 45, publicada no Diário da Justiça da União, em 4.5.2004, do Supremo Tribunal Federal, de relatoria do Ministro Celso de Mello, enfrenta a dicotomia entre o mínimo existencial e a reserva do possível, dando-se prevalência aos direitos sociais de força normativa constitucional. *In verbis*:

O desrespeito à Constituição tanto pode ocorrer mediante ação estatal quanto mediante inércia governamental. A situação de inconstitucionalidade pode derivar de um comportamento ativo do Poder Público, que age ou edita normas em desacordo com o que dispõe a Constituição, ofendendo-lhe, assim, os preceitos e os princípios que nela se acham consignados. Essa conduta estatal, que importa em um facere (atuação positiva), gera a inconstitucionalidade por ação. Se o Estado deixar de adotar as medidas necessárias à realização concreta dos preceitos da Constituição, em ordem a torná-los efetivos, operantes e exequíveis, abstendo-se, em consequência, de cumprir o dever de prestação que a Constituição lhe impôs, incidirá em violação negativa do texto constitucional. Desse non facere ou non praestare, resultará a inconstitucionalidade por omissão, que pode ser total, quando é nenhuma a providência adotada, ou parcial, quando é insuficiente a medida efetivada pelo Poder Público.³⁶

O julgado enfatiza que a abstenção do Estado em fazer cumprir os direitos sociais dispostos na Constituição Federal configura uma inconstitucionalidade por omissão, sendo dever do Estado respeitar a força

35 TORRES, Ricardo Lobo. O mínimo existencial e os direitos fundamentais. In: Revista de Direito Administrativo, n. 177, p. 20-49, 1989.

36 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Informativo STF – nº 345. 2004. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo345.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

normativa das normas constitucionais e efetivar os direitos sociais nela previstos, de forma a garantir a sustentabilidade social aos indivíduos.

Embora se enalteça os direitos sociais, econômicos e culturais, esta decisão não descarta a reserva do possível, ou seja, há que se garantir ao indivíduo condições materiais mínimas de existência, em respeito à dignidade da pessoa humana, sob a ponderação do princípio da razoabilidade. Não se exige o supérfluo ou conforto às pessoas, mas tão somente o mínimo existencial.

A Constituição Federal de 1988 traz em sua essência direitos sociais, que não podem se tornar meras promessas. O protagonismo judicial em se fazer cumprir a força normativa da Constituição é uma realidade a se construir a sustentabilidade social que tanto se almeja. Tanto tempo se passou após 1988, e só na seara de políticas públicas do Poder Executivo não se extirpou as mazelas vividas pela sociedade.

Salienta-se que não se está sustentando um ativismo judicial ilimitado para fins de se observar a sustentabilidade social. Todavia, a injustificável inércia estatal ou o abusivo comportamento governamental, legitima o acesso à Justiça para se garantir os direitos sociais. Há que se respeitar a separação de Poderes e atribuições, todavia, não se pode assistir às mazelas sociais inertes, sendo que um Poder deve intervir no outro, para fins de reparo e garantia de direitos.

O acesso à saúde, ensino, moradia, alimentação, etc., são prerrogativas mínimas dos cidadãos. A garantia de direitos sociais é uma luta constante das instituições legitimadas como o Ministério Público e a Defensoria Pública e também individualmente pelas pessoas.

Neste julgado paradigmático do Supremo Tribunal Federal, infere-se uma manifestação explícita do princípio da sustentabilidade social, em virtude de que preleciona quanto ao alcance das normas constitucionais programáticas sobre os direitos sociais, os quais deverão ser aplicados como princípios, condição da justiça social.

Com vistas a se garantir a sustentabilidade social, a discricionariedade do Poder Público não é ilimitada. Salienta-se que a implementação de obras de

saneamento básico é um direito social, e que a não observância desta política pública fere os princípios da dignidade da pessoa humana, da saúde e do meio ambiente equilibrado.

Verifica-se, portanto, um avanço na jurisprudência da sustentabilidade social, todavia, muito há que ser feito para a garantia do mínimo existencial às pessoas, inclusive a quebra de diversos paradigmas. Na esteira do julgado supra, alguns exemplos são pertinentes à sustentabilidade social, tais como: investimentos em saneamento básico, tratamento de esgoto, água potável, energia elétrica, investimentos em educação pública, visando à qualidade do ensino, com consequências diretas na diminuição da violência, a implantação de políticas de inclusão social, a exemplo das pessoas portadoras de necessidades especiais, a implantação de programas geradores de renda, participação democrática na tomada de decisões governamentais, etc.

Ricardo Lobo Torres diz que a sustentabilidade social refere-se aos “direitos à alimentação, saúde e educação, embora não sejam originariamente fundamentais, adquirem o status daqueles no que concerne à parcela mínima sem a qual o homem não sobrevive”.³⁷.

Considerações finais

A sustentabilidade não se limite a aspectos ecológicos, muito pelo contrário, inclui a proteção a bens jurídicos humanos e sociais. Tem por objetivo a erradicação da pobreza, garantia de direitos individuais e sociais, além de assegurar qualidade de vida às pessoas, mediante ações de prevenção, precaução e solidariedade intergeracional, de responsabilidade do Estado e da sociedade.

Os direitos concernentes ao mínimo existencial devem ser prioritários na elaboração do orçamento público e também preponderar em detrimento da chamada reserva do possível, que consiste na previsão e disposição de recursos financeiros, por parte do Estado, para se efetivar políticas públicas.

37 TORRES, Ricardo Lobo. O mínimo existencial e os direitos fundamentais. In: Revista de Direito Administrativo, n. 177, p. 29-49, 1989.

A força normativa da Constituição Federal, quanto aos direitos sociais, deve ser objeto de apreciação e efetividade pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas e sociedade em geral, a fim de que não sejam meras promessas de direitos, devendo-se sobrepôr a cláusula da reserva do possível, sob o crivo da proporcionalidade, notadamente, em face das mazelas sociais que vive o país. Portanto, a sustentabilidade social é uma frente que deve ser perseguida pela sociedade e poder público, a fim de propiciar qualidade de vida para a presente e futuras gerações.

Referências

BARCELLOS, Ana Paula de, et. al. **Legitimação dos Direitos Humanos**. São Paulo: Renovar, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2010.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima e MUNHOZ, Tania Maria Tonelli (coord. geral). **Gestão dos Recursos Naturais**: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio TC/BR/FUNATURA, 2000.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**. O que é, o que não é. 4. ed., 1ª reimp., Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

BRASIL. Portal Brasil. Brasil. **Meio ambiente**: Entenda o acidente de Mariana e suas consequências para o meio ambiente. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meioambiente/2015/12/entenda-o-acidente-de-mariana-e-suas-consequencias-para-o-meioambiente>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, Tribunal Pleno, **ADI-MC 3540/DF**. Relator: Min. Celso de Mello, Julgamento: 01 set. 2005. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/imprensa/pdf/adi3540-MC.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. O princípio da sustentabilidade como princípio estruturante do direito constitucional. **In: Revista de Estudos Politécnicos**. 2010. v. VIII, n. 13. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-99112010000100002. Acesso em: 21 ago. 2018.

CRUZ, Paulo Márcio. BODNAR, Zenildo. O novo paradigma do direito na pós-modernidade. **In: Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v. 3. n. 1 (2011). Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/777>. Acesso em: 22 ago. 2018.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FLORES, Guilherme Nazareno. **Direito, Desenvolvimento e Governança Socioambiental Global: Do Produtivismo-Consumismo à Gestão de Resíduos Perigosos e Justiça Ambiental**. Junho de 2016. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – UNIVALI, Universidade do Vale do Itajaí, em regime de dupla titulação com o curso de Doctorado em Derecho da Universidade de Alicante, 2016. Disponível em: www.etallerdigital.com.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GARCIA, Heloíse Siqueira. **Avaliação Ambiental Estratégica e Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma análise da aplicação em suas ações estratégicas no contexto do Brasil e da Espanha**. 1 ed., Florianópolis: Empório do Direito, 2015, v. 1.

GOMES, Magno Frederici; FERREIRA, Leandro José. A dimensão jurídico-política da sustentabilidade e o direito fundamental à razoável duração do procedimento. **In: Revista do Direito**. Santa Cruz, v. 2, n. 52, out. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/8864>. Acesso em 29 mar. 2019.

LATOUCHE, Serge. **Hecho para tirar: La irracionalidad de la obsolescencia programada**. Barcelona: Octaedro Editora, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 1992. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_Rio_Meio_Ambiente_Desenvolvimento.pdf. Acesso em: 26 ago. 2018.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em: 25 ago. 2018.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Elementos de Direito Ambiental: Parte Geral**. 2 ed. rev. atual e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

SCHREIBER, Mariana. Tragédia em Brumadinho: quase três anos após desastre de Mariana, Vale ofereceu R\$ 30 mi em bônus recorde a seis diretores executivos. 2019, **In: BBC News**. Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/02/01/tragedia-em-brumadinho-quase-tres-anos-apos-desastre-de-mariana-vale-ofereceu-r-30-mi-em-bonus-recorde-a-seis-diretores-executivos.htm>. Acesso em: 20 mai. 2019.

SILVA, Ildete Regina Vale da; BRANDÃO, Paulo de Tarso. **Constituição e Fraternidade**: O valor do preâmbulo da Constituição. Curitiba: Juruá, 2015.

SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de, POMPEU, Gina Vidal Marcílio; FREITAS, Ana Carla Pinheiro. **Gestão das águas**: dignidade e sustentabilidade por meio do fornecimento por meio das cadeias de valor. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, p. 28.

SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de. Sustentabilidade Corporativa: uma iniciativa de cunho social transformando o meio ambiente. *In: Revista Jurídica*, vol. 04, n°. 45, Curitiba, 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Informativo STF – nº 345**. 2004. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo345.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

TONIN, Marta Marília. Ética Empresarial, Cidadania e Sustentabilidade. *In: Anais do XV Encontro Preparatório para o Congresso Nacional – CONPEDI*. Recife, 2006. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/recife/teoria_da_justica_marta_tonin.pdf. Acesso em: 29 fev. 2019.

TORRES, Ricardo Lobo. O mínimo existencial e os direitos fundamentais. *In: Revista de Direito Administrativo*, n. 177.